



NÔ PINTCHA

* ORGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONE: 3713/3726/3728

B I S S A

ELEIÇÕES DE ACORDO COM AS NOSSAS REALIDADES

Em continuação da reportagem publicada no número anterior, NÔ PINTCHA apresenta hoje extractos da segunda parte do improviso pronunciado pelo camarada Presidente Luiz Cabral, no salão do Clube Desportivo do Bairro de Ajuda, quarta-feira à noite, durante uma reunião de esclarecimento político.

Após enumerar alguns factos da estratégia colonialista, ao adoptar o bilhete de identidade como condição admissível às populações, no que respeita ao direito a voto, o que de propósito priva a esmagadora maioria de o fazer, Luiz Cabral disse que, na nossa terra, quem vai controlar as urnas é o povo.

E nas assembleias de voto que vão ser formadas em todos os pontos da nossa terra, o número de homens e mulheres que votarem será contado. Outras pessoas vão apontando os seus nomes para que o povo saiba se na verdade o fulano tem este ou aquele nome e apelido. Assim partimos das nossas realidades concretas.

«Mas, por outro lado — prosseguiu o Presidente — não podemos fazer também as eleições utilizando muitas cartas, cada uma com o nome do candidato, porque sabemos que os colonialistas, depois de 500 anos na nossa terra, deixaram a maior parte do nosso povo sem saber ler. Não pode-

mos fazer isso, porque essa não é a nossa realidade. A realidade da nossa terra é que todos aqueles que pretendem ser deputados ou membros do Conselho Regional, têm que se identificar perante o povo. Apresentar a sua pessoa diante do povo, para que este possa dizer sim ou não à sua candidatura.

O Secretário-Geral Adjunto do PAIGC acrescentou que a campanha política que se está a realizar não é campanha eleitoral, o de cada um dos dirigentes. «Eu não vim aqui fazer campanha da minha pessoa e pedir aos camaradas para votarem a fim de eu ser outra vez presidente. Não é isso. Porque quem elege

para esse cargo é a Assembleia Nacional Popular».

«Viemos aqui para vos falar do nosso Partido, o PAIGC. Do que ele fez até aqui, o que fizeram aqueles filhos da nossa terra que se comprometeram com o Partido, há 20 anos e falar-vos também do que nós queremos fazer no futuro, para a nossa terra ganhar a confiança do nosso povo cada dia mais. Mas, confiança para o nosso povo dizer, em todas as bandas do país, que conhece todos os candidatos e para apoiar todos aqueles que vão ser apresentados para a Assembleia Nacional Popular. Gente que não seja estranha ao nosso povo».

Falou da criação do nosso

Partido, em 1956. Disse que na altura muitos dos nossos jovens ainda não tinham nascido, mas que os velhos o sabem perfeitamente. Tempos de mau tratos dos tucas ao nosso povo, em que os próprios filhos da terra eram estranhos quando se deslocavam para outras bandas do país. Terra onde o povo era humilhado por estrangeiros, por mais coitados que fossem».

«Não podemos esquecer que, depois de quinhentos anos, a maior parte das pessoas que têm formação superior, foram formados pelo Partido, nestes últimos dez anos da nossa luta. Mesmo outros que os tucas mandaram estudar e que tiveram alguns cursos, são o resul-

tado de consciência que ganharam os colonialistas ao saberem que estava gente do Partido com armas na mão, prontos a morrer com elas na mão, pela liberdade da sua terra».

Luiz Cabral acentuou as manobras empregues pelas tucas nos últimos tempos de luta, quando já previam a derrota no campo militar. Arranjavam conversas bonitas, mandavam filhos da terra para Lisboa e dava «galões» e condecorações no sentido de travar a marcha da luta. «Quem criadas estas situações? perguntou. O que passou aos tucas pela «cabeça», enviarem filhos nossos pa-

(Continua na página 8)

COMISSÃO ELEITORAL DINAMIZA OS TRABALHOS EM BISSAU

A campanha política, para a eleição dos Conselhos Regionais, teve a sua maior actividade em Bissau, na quarta-feira passada, às 20 h, com reuniões em todos os bairros da capital. O Presidente Luiz

Cabral também participou nessa campanha de esclarecimento político às populações. Dirigiu, nesse dia, uma importante reunião com os moradores do bairro da Ajuda e de Cuntum, no salão do Ajuda Sport

Club, acompanhado de outros dirigentes do Partido e do Estado. Noutros bairros, as reuniões foram animadas por membros da Comissão Eleitoral Nacional,

(Cont. na pág. 8)

Luis Cabral felicita Agostinho Neto

Por ocasião do vigésimo aniversário da fundação do MPLA, o Presidente Luiz Cabral enviou ao camarada Agostinho Neto, Presidente do Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola e Presidente da República Popular de Angola o seguinte telegrama: «Neste momento em que o povo amigo de Angola comemora o vigésimo aniversário da criação da sua organização de vanguarda, o MPLA, instrumento de todas as vitórias alcançadas durante longos anos de luta de libertação nacional e para to-

dos os povos das antigas colónias portuguesas e em particular para o nosso povo, a Direcção Nacional do PAIGC, um grande prazer enviar ao valente povo angolano e ao Comité Central do MPLA, as nossas calorosas felicitações.»

«As vitórias alcançadas durante a segunda guerra de libertação de Angola também provam toda a justeza das directrizes de sua organização de libertação, o MPLA. O povo angolano engajado hoje na segunda fase da sua luta pela reconstrução nacional, sob a bandeira do MPLA com

certeza alcançará novas vitórias. Aproveitamos esta ocasião, no quadro do espírito que nos uniu no seio da CONCP durante longos anos da luta de libertação contra a dominação colonial portuguesa, para formular ao povo angolano, à sua organização de vanguarda o MPLA, votos de sucessos contínuos. Formulamos também para o Presidente Agostinho Neto os melhores votos de saúde e longevidade ao serviço do povo amigo de Angola, da libertação total da África, pela paz, progresso e felicidade da humanidade».

Guiné-Bissau — Suécia: assinados acordos de cooperação

Regressou ontem à tarde, via Dakar, a delegação sueca da SIDA que visitou o país durante cinco dias. Na quinta-feira de manhã, o camarada Fernando Fortes, Comissário de Estado dos Correios e Telecomunicações e o embaixador da Suécia no nosso país Olof Shoglund assinaram um acordo geral de cooperação e vários acordos de desenvolvimento económico e social.

A cerimónia realizou-se no salão «Abel Djas» do Palácio da República. Estavam presentes o camarada José Araújo, Secretário da Organização do Partido e a delegação do nosso Estado que manteve conversações com a delegação da SIDA, durante a sua estadia no país.

No seu discurso, o camarada Fernando Fortes referiu-se às relações que sempre existiram entre a Guiné-Bissau e a Suécia e que vão desenvolver-se

ainda mais com a assinatura destes documentos.

Datam de longos anos, as relações amistosas com o Governo e o povo da Suécia. Desde há longa data, temos recebido do povo e do Governo da Suécia, ajudas bastante consideráveis que nos permitiram desenvolver, no aspecto humano e social, toda a nossa luta até alcançarmos a vitória.

Em nome do Governo e do povo da Guiné-Bissau, o camarada Fernando Fortes agradeceu a ajuda sueca, afirmando que é mais uma prova de amizade e que esta irá consolidar-se cada vez mais para o bem dos dois povos, da comunidade internacional e de todo o mundo progressista. Representou que essa ajuda contribuirá para a criação das infra-estruturas que irão permitir ao nosso povo alcançar os objectivos traçados no programa do nosso Partido.

Depois, o embaixador sueco agradeceu as palavras do Comissário afirmando que o seu país está sempre pronto a ajudar a Guiné-Bissau no desenvolvimento da sua economia. Entretanto, o embaixador da Suécia, duas delegações assinaram um protocolo de acordos.



XX
Aniversário
do
MPLA
(Centrais)

... Só os saudosistas é que não votarão ...

Tenho seguido pelos nossos órgãos de informação (rádio e Nô Pintcha), a campanha política para as eleições regionais. Além disso tenho discutido com várias pessoas sobre este assunto a fim de me esclarecer melhor. Sou uma das muitas mulheres da minha terra que não teve a possibilidade de participar na luta de libertação nacional por várias razões...

O meu grau de consciência política é baixo devido a toda uma série de condicionamentos impostos pelo sistema colonial, que foi mais marcante nas mulheres. Bem, sobre as eleições, depois de ter participado na reunião do Bairro de Ajuda encontro-me (penso), completamente esclarecida e apta a participar, pela primeira vez numa tarefa de grandeza histórica. Há pessoas que são da opinião de que a campanha de esclarecimento deveria ser feita num tempo maior. Suponho que isto é uma maneira muito fácil de ver o problema. Será que nestes dois anos, o nosso Governo e Partido não deram a imagem do que se pretende, com vários trabalhos realizados, com toda uma perspectiva séria de avanço.

A solidariedade com os outros povos em luta tudo conta na soma de elementos imprescindíveis para uma análise profunda. Do pouco que aprendi nestes dois anos, ousou afirmar que a consciência depende muito da participação. Resumindo, concluo: só aqueles que em nada participam, que não procuram analisar, ponto por ponto os diversos problemas da vida nacional, ou então os saudosistas (que ainda existem) é que não votarão. Aproveito para incitar às minhas companheiras mulheres desta terra, a participarem directamente neste grande acontecimento que é a eleição dos Conselhos Regionais.

FATU CAMARÁ

Estudante procura os pais

Escrevo estas duas linhas a fim de informar o seguinte:

Resido há seis anos fora do país, encontrando-me actualmente na União Soviética, em estudos. Quero pedir aos camaradas, a possibilidade de fazer uma publicação no jornal, a fim de me informar sobre os meus pais e familiares que se encontram em Gam Mamudu, G a m Formosa, no sector de Fulacunda. O nome da minha mãe é Cadi Mané.

Gostaria que eles me escrevessem, pois desconheço completamente se estão vivos ou não. A minha situação é aflitiva.

Mariaty Biai, URSS-LENINGRAD, S-15, Rua Atchácovscaya 2-A.

Victor Saúde Maria envia telegramas de felicitações

O camarada Victor Saúde Maria, Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros, enviou ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, Kurt Waldheim, o seguinte telegrama de felicitações, por motivo da sua reeleição naquele cargo:

«Foi com particular prazer que tomamos conhecimento da vossa reeleição, por unanimidade,

o cargo de Secretário-Geral da grande família das Nações Unidas. Aproveito esta honrosa ocasião, em nome do povo e do Conselho de Comissários de Estado da República da Guiné-Bissau para vos render homenagem pelos esforços incansáveis que deram nova dimensão à Organização na missão com vista à libertação dos povos oprimidos e à manuten-

ção da paz e segurança internacional. Formulamos a Vossa Excelência votos sinceros de saúde, longa vida e sucessos na nobre missão ao serviço da paz, progresso e felicidade da Humanidade».

Por outro lado, Victor Saúde Maria enviou ao Primeiro Ministro da República Popular da China, Huang-Hua e ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros dos

Estados Unidos da América mensagens de felicitações pela sua nomeação naqueles cargos. Nelas, o Comissário dos Negócios Estrangeiros manifesta votos sinceros de sucessos, afirmando-se convencido que as relações de amizade existentes entre os nossos povos e países desenvolver-se-ão cada vez mais, ao serviço da paz, progresso e felicidade da Humanidade.

Orlando Nhaga Presidente do Comité do Partido da Região de Bissau

O camarada Orlando Nhaga, do Conselho Superior de Luta, foi empossado para as funções de Presidente do Comité do Partido da Região de Bissau numa breve cerimónia realizada no sábado passado, no Secretariado-Geral do Partido, e dirigida pelo camarada José Araújo, do Comité Executivo de Luta e Secretário da Organização do Partido. O referido comité é formado ainda por um secretário da organização, Adolfo

Julião de Barros, um tesoureiro, Mamadú Casamá, e por um responsável de Informação e Propaganda, Avito José da Silva.

Assistiram ao acto os camaradas do Comité Executivo de Luta, Constantino Teixeira, Comissário de Estado de Segurança Nacional e Ordem Pública, Paulo Correia, Presidente do Comité de Estado da Região de Bissau e Tiago Aleluia Lopes, director-geral da FARMEDI.

Bolama: reunião com professores e encarregados de educação dos alunos

A delegação regional da Educação de Bolama promoveu na semana passada uma reunião com professores e pais dos alunos, para a discussão das modalidades em que devem definir as ligações entre a família e a escola. Assistiram à reunião Adulai Canté, Presidente do Comité de Estado do sector de Bolama e Sérgio Horácio Ferreira, secretário da Organização do Partido na região.

As decisões finais do encontro estão relaciona-

das com a criação de uma Associação de pais e alunos que terá como objectivo a colaboração entre a escola e a família nos clubes públicos. Esta decisão foi tomada pelos pais e professores e deve-se ao facto de ultimamente se verificar uma autêntica invasão de menores nos recintos públicos de espectáculos. A terceira decisão prevê a construção de uma escola, com a participação de professores, pais e alunos.

Comissão Feminina do PAIGC evoca a luta da mulher angolana

Em nome da Comissão Feminina do PAIGC, a camarada Carmen Pereira enviou à Organização das Mulheres de Angola (OMA), o seguinte telegrama de felicitações: «É com grande orgulho que as mulheres combatentes da Guiné e Cabo Verde se lembram hoje

do papel importante desempenhado pelas mulheres de Angola durante a longa luta de libertação nacional e segunda guerra de libertação de Angola, contra invasores estrangeiros. Por isso hoje as mulheres do PAIGC se associam à alegria das mulheres angolanas na comemoração do vigésimo aniversário da criação do Movimento Popular de Libertação de Angola, instrumento de todas as vitórias alcançadas pelo heróico povo angolano. Aproveitamos esta ocasião, no quadro do espírito que guiou as nossas organi-

zações durante a luta contra a dominação colonial portuguesa, para reafirmar às mulheres de Angola a nossa solidariedade militante na luta pela reconstrução nacional e formular votos de sucessos pela prosperidade do povo angolano».

RESPONDE O POVO

Eleições regionais -- 3

Em 1972, durante a luta de libertação nacional, foram realizadas em todas as regiões libertadas, os preparativos para as eleições, por sufrágio universal directo e secreto, para os Conselhos Regionais. Estes, após a sua eleição, nomearam no seu seio os representantes das massas populares trabalhadoras os quais, juntando-se aos quadros militantes do Partido, nomeados pelos combatentes da liberdade da Pátria, constituíram a primeira Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau. De acordo com a contribuição adoptada, foi fixada para este ano a realização de uma nova consulta para a renovação dos Conselhos Regionais, que irão eleger os deputados da II Legislatura da Assembleia Nacional Popular. Qual é a opinião do público sobre as próximas eleições? Estará o nosso povo preparado politicamente para exercer o seu dever de

eleitor, dever esse que compete a todos os cidadãos de um país livre e democrático?

João António Barbosa, 24 anos, trabalhador da Função Pública — «Considerando que estas eleições, primeiro para os conselhos regionais e depois para a Assembleia Nacional Popular, constituem mais uma vitória do nosso povo, a somar a tantas outras já alcançadas. Também constituem um momento de

responsabilidade. Os trabalhos de esclarecimento que estão a ser levados a cabo pela Comissão Eleitoral Nacional, são a prova mais que concreta do desenvolvimento de ver o nosso povo participar activa e conscientemente neste momento histórico que pela primeira vez se vive na nossa terra completamente

livre e independente. Cada cidadão consciente deve participar militante nos trabalhos de esclarecimento da Lei Eleitoral e nas assembleias de voto. Considero que a participação de todo o cidadão deve ser responsável e os candidatos a eleger, devem ser filhos do nosso povo que vivem e sentem os problemas do nosso povo, em suma homens e mulheres dignos e íntegros,

que diante dos seus interesses, coloquem os interesses do nosso povo e do nosso Partido, o PAIGC, sem o qual, nunca seria possível a realização destas eleições, a situação de democracia e de paz que se vive na nossa terra e a luta pela construção de uma sociedade nova, justa sem exploradores e de progresso para todo o nosso povo da Guiné e Cabo Verde».

Entrega de credenciais do embaixador da Holanda

«Devo particularmente sublinhar a preocupação constante que teve o meu Governo e o povo dos Países Baixos ao longo da luta que o vosso país sustentou para a independência e no decurso da qual tantos esforços foram dispendidos e manifestada tanta coragem», disse o Sr. Emeric Eitel Sydney Jongh, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Reino da Holanda em Cabo Verde, durante o discurso que proferiu ao fazer a entrega das suas cartas credenciais ao camarada Aristides Pereira, Secretário Geral do PAIGC e Presidente da República de Cabo Verde.

O acto decorreu no Palácio da Presidência, com a presença dos Camaradas Abílio Duarte, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sérgio Centeio, Ministro da Agricultura e Águas, Tiago Estrela, Secretário Geral da Presidência da República, Leonildo Monteiro, Director Nacional de Energia e

Recursos Naturais, Adão Rocha, Director da Cooperação Multilateral e Carlos Santos Silva, Chefe do Departamento de Emigração dos Negócios Estrangeiros.

O Embaixador holandês rendeu uma viva homenagem ao Camarada Amílcar Cabral («este homem que soube ser ao mesmo tempo um valente soldado e um homem político duma grande sapiência e realismo») e referiu-se depois à cooperação a desenvolver entre os nossos dois países:

«É considerando os nossos laços da primeira hora com a República de Cabo Verde, que desejamos desenvolver uma estreita colaboração entre os nossos dois países, dando-vos o nosso apoio na tarefa difícil que empreendedes e que sabereis, estou disso convicto, levar a bom termo. Creio discernir vários sectores onde esta colaboração será possível, mas para a utilização óptima das possibilidades será ne-

cessário intensificar a troca de informação.

Quer já mencionar o domínio importante no qual se desenvolverá certamente esta cooperação, nomeadamente no quadro da Convenção de Lomé, que o vosso país acaba de assinar. O meu Governo atribui uma grande importância a esta associação e é sensível às circunstâncias nas quais se encontram os países associados e associáveis e a necessidade de combater a deterioração dos termos da troca.

O Sr. Sydney Jongh assinalou, em seguida, que a ajuda dos Países Baixos às nações em vias de desenvolvimento ascende a 28 milhões de contos, assegurando que, apesar da crise económica não ter poupado esse país, o montante da cooperação, vai aumentar substancialmente em 1977.

«A República de Cabo Verde, prosseguiu, é já beneficiária, desta cooperação. Refiro-me aos projectos que

estão neste momento em estudo nos domínios da construção de estradas e das reparações navais e estou, Senhor Presidente na feliz posição de poder afirmar: «vos o desejo do meu Governo sobre a cooperação a realizar no futuro em diversos domínios».

Entretanto, em declarações prestadas aos órgãos de informação à sua chegada à Praia, o Embaixador dos Países Baixos tinha igualmente enfatizado as possibilidades de cooperação do seu Governo em diversos projectos de desenvolvimento do nosso país, referindo-se nestes termos aos emigrantes caboverdianos na Holanda:

«Posso dizer-vos que a República das Ilhas de Cabo Verde é muito conhecida nos Países Baixos e vocês têm numerosos Embaixadores na presença dos 6 mil ou 7 mil caboverdianos que trabalham ali».



AMÍLCAR CABRAL

III As leis portuguesas de dominação colonial

As matérias afectadas pela legislação das reformas são as seguintes: organização administrativa, ocupação de terrenos, colonização, justiça e estatuto político.

Na realidade, nem nessas leis nem na prática da dominação portuguesa essas matérias sofreram sensível modificação e, do ponto de vista constitucional e jurídico, a sujeição do povo da Guiné «portuguesa» ao colonialismo português mantém-se.

Assim:

a) embora o decreto n.º 43 730 de 12 de Junho afirme no seu preâmbulo: «(...) de acordo com a nossa tradição administrativa tanto no Ultramar como na Metrópole, a comum é a divisão administrativa básica...», mantém a administração local nas mãos das autoridades portuguesas, pois estabelece que as câmaras municipais, os comités municipais e as juntas locais são presididas por indivíduos nomeados pelos governos gerais ou de província;

b) o decreto n.º 43 894 incide sobre o domínio público e refere-se às concessões gratuitas aos colonos, aos corpos administrativos, às missões católicas assim como à definição de processos e à criação de órgãos para a execução dessas concessões. Com efeito, essa lei cria, para o colono português da Guiné, possibilidades, até então inexistentes ou muito limitadas, para a ocupação efectiva da terra;

c) o decreto n.º 43 895, que afirma expressamente no seu preâmbulo: «(...) vimos tradicionalmente nestas exigências do desejado progresso das províncias ultramarinas uma das bases para a fixação definitiva do português europeu em terras de África...», não passa de um instrumento legal para a criação de organismos e de meios eficazes destinados a promover o aumento e a fixação, há muito desejados, da população europeia na Guiné «portuguesa»;

d) embora o decreto n.º 43 896 estabeleça as bases da organização das regedorias, mantém o anterior regime de substituição dos chefes tradicionais por indivíduos nomeados pelas autoridades coloniais;

e) apesar de reconhecer os usos e costumes locais que orientam as relações jurídicas privadas, o decreto n.º 43 897 estabelece no seu art. 2, como limites a esse reconhecimento, os princípios morais e as regras fundamentais do sistema jurídico português. O âmbito desses limites continua a ser indicado pelo artigo 138 da Constituição política como: «a moral, os princípios da humanidade e o livre exercício da soberania portuguesa».

* Relatório geral sobre a luta de libertação nacional apresentado na Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde, realizada em Dakar de 12 a 14 de Julho de 1961.

S. ANTAO

A população de Porto Novo reúne-se com deputados

Da necessidade de bem conhecer o presente para melhor perspectivar o futuro resultou a promoção de uma reunião entre os moradores da vila do Porto Novo e os deputados pelo círculo de S. João Baptista, os camaradas Corsino Tolentino e António Lisboa Santos. O encontro teve lugar no salão da residência oficial. O deputado Corsino Tolentino abriu a sessão com uma detalhada exposição, em que destacou a importância da iniciativa, o carácter específico da função de deputado militante do PAIGC na situação histórica e social em que se encontra o nosso país e os principais problemas a que o Governo tem de fazer face, na dupla tentativa de resolver as dificuldades imediatas e de levar a cabo realizações rentáveis e para durar.

Numa visão de conjunto, foram abordadas questões como: a mobilização e preparação da nossa maior riqueza, que são a energia, a inteligência e o patriotismo do povo Caboverdeano; a inventariação e a utilização racional e justa dos poucos recursos materiais de que dispõe no presente a nossa Pátria; o desemprego e o desfasamento existente entre o custo de vida e o nível dos salários, questão melindrosa pelas ligações

que tem com a conjuntura mundial e que se pode melhorar mas não resolver em curto espaço de tempo; a insignificância do sector privado na economia do país, particularmente no período das secas, e que contribui para agravar os encargos do nosso jovem Estado. Disso advem a necessidade de cada cidadão dar uma pequena participação com ideias e acções para a construção de uma Pátria progressiva e digna como a que Cabral sonhou e pela qual deu a própria vida.

Ainda, a reunião debruçou-se sobre os sectores que mais atenção têm merecido do Governo, precisamente por serem aqueles que mais directamente se relacionam com a vida da grande maioria: abastecimento, em géneros de primeira necessidade, ajuda a prestar aos grupos mais desfavorecidos, assistência médica e medicamentosa, fornecimento de água aos meios urbanos e rurais afectados pela seca, estradas e telecomunicações electrificadas, pesca, etc.

No decurso do debate foram discutidos problemas directamente relacionados com o desenvolvimento local. Assim, defendeu-se com justiça e ausência de espírito regionalista que o facto de o deputado represen-

tar o povo não deverá impedir-lo de se inteirar profundamente e com responsabilidade dos problemas do seu círculo, pois, se todos assim fizerem, estará defendido o interesse geral. Fizeram-se considerações sobre o valor das obras em curso na ilha e os projectos que deverão realizar-se brevemente, especialmente ligadas às estradas, hidráulica, urbanização das vilas de Santo Antão, electrificação da vila do Porto Novo, cujos trabalhos preparatórios vão ter início dentro de pouco tempo, os problemas de educação, saneamento da vila, abastecimento de água aos arredores, etc.

Terminou a reunião renovando-se o apelo à participação de cada cidadão consciente para a solução dos problemas que existem e vão aparecendo e para a criação de bases para o desenvolvimento da nossa terra.

FORMAÇÃO POLITICA

Verifica-se certo aumento de ritmo no trabalho político que se traduz em maior número de reuniões e em deslocações ao interior da ilha.

As Comissões de Dinamização, criadas pela Direcção

Regional do Partido, têm tido reuniões com comités de secção e estes com as bases. Os problemas relativos à formação política, ao preço das mercadorias e valores dos salários, ao sistema de pagamento aos trabalhadores em dinheiro ou fornecimento de uma parte em géneros alimentícios, campanhas de trabalho voluntário, visando a reparação do chafariz no Tarrafal, caminhos e levadas, selecções de mais elementos para formação de Tribunais de zona, etc., têm constituído pontos comuns em todos os encontros.

Muitas pessoas responsáveis têm posto com insistência o problema da continuação do sistema de abonos de géneros de primeira necessidade, porque isto corresponde aos interesses da maioria responsável dos trabalhadores.

TRIBUNAIS POPULARES EM ANÁLISE

Teve lugar em Chã de Pedras, uma reunião em que participaram todos os Juizes Populares do Tribunal de zona, o Juiz do Tribunal sub-regional de primeira classe da Ribeira Grande, Delegado do Procurador da República e o Primeiro Responsável da Direcção Regional do Partido.



M. P. L. A. VINTE ANOS DE

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), comemorou ontem, dia 10 de Dezembro de 1976, vinte anos de existência. O Jornal *Nô Pintcha* não poderia deixar passar esta oportunidade de prestar em suas páginas uma homenagem a todos os militantes do MPLA e combatentes de suas gloriosas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA). Além de traçar um rápido perfil histórico do Movimento, das lutas que travou durante estes vinte difíceis mas gloriosos anos, dos inimigos internos e externos que teve que enfrentar, assinalaremos com particular relevo o grande acontecimento histórico da Proclamação da Independência, que foi a maior vitória até hoje conseguida pelo povo angolano e sua vanguarda. Por fim, focaremos alguns aspectos da Angola de hoje, país soberano e independente, dono de seu próprio destino e para o qual desejamos um futuro radiante, de bem estar e progresso.

ALGUNS ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Em 1948 um grupo de intelectuais angolanos, sob a direcção do poeta Viriato da Cruz publicou em Luanda o primeiro número de um jornal de cultura chamado *MENSAGEM*. Esse jornal causou na época uma certa agitação e o governador-geral proibiu a sua publicação.

Os escritores angolanos eram, no início, um pequeno grupo. Mas em Lisboa já começavam a despontar também ideias nacionalistas de outros intelectuais africanos, com notáveis capacidades de inteligência e coragem e que haveriam de fazer história na luta posterior que iriam desenvolver pela independência de suas terras. Um deles foi Amílcar Cabral, que seria um dos fundadores

do PAIGC e do próprio movimento nacionalista de Angola. Outro foi Agostinho Neto, que viria a ser o chefe do movimento nacional de Angola, Presidente do MPLA e hoje também Presidente da República Popular de Angola. Logo outros nacionalistas se juntaram aos primeiros: os angolanos Lúcio Lara, Eduardo dos Santos, Deolinda Rodrigues de Almeida, o moçambicano Marcelino dos Santos, e tantos mais.

Examinaram as alternativas possíveis para conseguir a independência de suas terras. A possibilidade de uma evolução pacífica foi imediatamente posta de lado, dada a própria natureza do colonialismo português. Isto porque, quando uma potência colonial se vê forçada a descolonizar suas possessões, o único meio que tem para salvaguardar seus

interesses políticos, económicos e financeiros nesse país é fazer a transição a uma outra forma de dominação: a do neo-colonialismo. Ora, a implantação do neo-colonialismo requer a existência, na antiga potência colonizadora, de um determinado número de condições político-económicas, principalmente uma taxa de capitalização suficiente para poder penetrar nos sectores-chaves da economia do país dominado e apoderar-se, por conseguinte, dos meios essenciais e do futuro da antiga colónia.

Portugal não possuía o suficiente nível de desenvolvimento capitalista para poder implantar o neo-colonialismo nas suas colónias. Quando deflagraram as guerras de libertação em princípios dos anos 60 (no caso de Angola especificamente no ano de 1961),

Portugal, diante da impossibilidade de recorrer ao neo-colonialismo, como outras potências europeias dominantes, teve que manter, durante mais de 10 anos, três guerras tipicamente coloniais. Mas é evidente que Portugal só conseguiu manter essas guerras devido a intervenção de potências estrangeiras intermediárias. Os capitais que se instalaram em Angola a partir de 1961 não eram portugueses mas sim estrangeiros. Essa internacionalização da economia foi o que possibilitou a internacionalização da guerra colonial posteriormente desencadeada.

O início da década de 1950, em Portugal, estava longe de apresentar condições favoráveis para o desenvolvimento das ideias nacionalistas dos poucos africanos que se encontravam na «metrópole». Praticamente só havia o Partido Comunista Português, profundamente mergulhado na clandestinidade e vítima da mais feroz perseguição, e um ou dois grupos de natureza anti-salazarista. De qualquer maneira, foi assim que os nacionalistas africanos entraram em contacto com o marxismo, que se tornou uma fonte de inspiração directa para o desenvolvimento de suas ideias

revolucionárias. «Contudo, é também um facto concreto, confirmado nos últimos anos, que os futuros dirigentes africanos deram-se conta, desde logo, de que as ideias marxistas, tais como se encontravam na Europa naquele tempo, precisavam ser africanizadas, readaptadas a um contexto africano, para poderem ter uma finalidade útil». (Ver Basil Davidson, Angola no Centro do Furacão, ed. Delfos, pp. 196/204.

Em 1951 a PIDE prendeu Agostinho Neto, por ele ter apoiado a candidatura

O que depois me fiz na cadeia não foi espanhar-me, mas impedir-me dormir durante quatro e quatro noites. Estive durante três meses. De levaram-me para Cabo Verde». (...).

Depois da prisão do marada Agostinho Neto, em 8 de Junho de 1960, o povo de Bengo, sua terra natal e da aldeia vizinha de Luanda, decidiu dirigir-se à sede do distrito em Catete e pedir a sua libertação. Quando o chefe do distrito soube da decisão, chamou reforços de Luanda e cerca de

presidencial da oposição portuguesa. Voltou a ser preso em Fevereiro de 1955, para ser libertado em Junho de 1957.

Entretanto, em Angola, a marcha para a libertação continuava. A 10 de Dezembro de 1956, com a publicação, em Luanda, na clandestinidade, de um manifesto político, deu-se a fundação do Movimento Popular de Libertação de Angola. Como diria Agostinho Neto, esse foi o sinal da mudança histórica do comportamento do povo angolano perante o colonialismo, e a expressão da sua profunda vontade de lutar pela independência.

Em Janeiro de 1959 a capital do então Congo Belga, Leopoldville, viveu horas dramáticas. A polícia portuguesa preveniu-se e começou a actuar: em Março foram feitas muitas prisões de patriotas em Luanda; em Junho houve nova onda de prisões; no fim desse ano, tudo estava pronto para um julgamento em massa. A PIDE publicou então três listas: numa delas figuravam Ilídio Machado, membro fundador do MPLA e seu primeiro presidente eleito na clandestinidade; a Dr.ª Julieta Gândara, médica em Luanda; o poeta António Jacinto e Deolinda Rodrigues foram julgados à revelia.

Nos fins de 1959, depois de formado Agostinho Neto voltou a Angola e abriu um Consultório em Luanda, para voltar a ser preso a 8 de Junho de 1960.

«Em 1960 fui preso no meu consultório em Luanda. Fui preso por um jovem com um posto qualquer na polícia. Entrou no meu consultório e perguntou pelo Dr. Neto «Sou eu». «Com que então és tu, não é verdade?» Eu estava a dar a minha consulta. Era ao entardecer e tinha muitos clientes. Quando me viram meter no carro da polícia rodearam-no mas não investiram contra ele. Só a minha mulher discutiu com a polícia por não compreender o que tinha acontecido.

soldados com metralhadoras portáteis foram marchando para Catete. Cerca de uma semana após as prisões, homens, mulheres, crianças daquelas aldeias umas mil pessoas, chegaram a Catete num cortejo silencioso, mas os soldados abriram fogo sobre as pessoas sem aviso prévio, mataram trinta e feriram mais de 200. No dia seguinte, soldados foram a Luanda a Bengo, mataram e deram todos os que encontraram nessas aldeias e depois deitaram fogo a tudo». (B. Davidson, id. pp. 2

Seguiu-se a greve dos trabalhadores dos campos de algodão da Cotanarua, Baixa de Cassanje. A repressão foi brutal: aldeias destruídas e mortos e feridos africanos. Isto passou-se em Junho de 1961.

Mas o arranque do movimento do povo angolano rumo à independência ainda não por começar. Isto quando, a 4 de Fevereiro de 1961, o MPLA deu início à luta armada.

As primeiras etapas da luta de libertação do povo angolano podem ser recordadas, cronologicamente, ou menos da seguinte maneira:

1956 — Criação do movimento (fusão de vários movimentos de resistência ou organizações de luta).

1960 — Abril: o movimento participa na Conferência Internacional de Solidariedade em Conacry e conhece internacionalmente.

Maio: O MPLA apela às organizações angolanas para a unidade com vista a uma frente de libertação de Angola.

Junho: O MPLA tenta por uma solução pacífica do problema colonial angolano em Portugal. Agostinho Neto é preso e depois deportado. As manifestações pacíficas da sua vila natal são massacradas.

Dezembro: Depois da libertação dos portugueses terem fei



Aspecto de um comício de apoio ao M.P.L.A.

os massacres, o MPLA, em Londres, anuncia que passa à acção armada.

1961 — Janeiro: A população da Baixa de Cassanje organiza uma greve com o fim de obter um aumento de preço do algodão, que é explorado pela companhia belga «COTONANG». Os aviões dos colonialistas reprimem esta greve com bombas de napalm: 7 aldeias destruídas, 10.000 mortos e feridos africanos.

4 de Fevereiro: O MPLA ataca a rádio, as prisões e alguns postos de polícia em Luanda. A repressão foi ter-

rível, 3.000 africanos foram massacrados: (cf. MPLA, 18 Anos de Luta, ed. Casa de Angola, Lisboa).

O SURGIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES FANTOCHE FNLA E UNITA

Em 1961, pouco depois do MPLA ter iniciado a luta armada contra os ocupantes portugueses, os imperialistas já haviam chegado à conclusão de que «Portugal não podia manter o controle sobre as suas coló-

nias africanas indefinidamente e que se devia estabelecer contactos com futuros líderes revolucionários». No caso de Angola o «futuro líder revolucionário» ao qual o imperialismo se referia, e a quem passou a dar todo o seu apoio, era Holden Roberto, que viveu fora de seu país desde criança e cujas pretensões para líder de Angola foram rejeitadas desde o princípio, pelos seus líderes africanos progressistas — Lumumba, N'Krumah — na Conferência Pan-africana

abertura de uma frente de guerrilhas no centro-oeste angolano para lutar «contra o inimigo número um»: o MPLA. E fez isso com tanta «disposição» que o exército português de ocupação encontrou nele o seu aliado número um na luta contra o MPLA. Provas documentais de que Savimbi e a sua UNITA colaboraram estreitamente com o colonialismo português foram publicadas há muito tempo na revista Afrique-Asie. Esses factos foram também denunciados por Rosa Coutinho, um almirante português que foi Alto-Comissário em Angola após o 25 de Abril em Portugal.

ciou estar de acordo com os objectivos imperialistas na África e não poupou esforços de colaboração para o triunfo dos mesmos.

Em 15 de Setembro, Spínola reuniu-se com Mobutu na Ilha do Sal, em Cabo Verde, e assinalou a inconveniência de discutir com um grupo de libertação anti-imperialista como o MPLA. O plano de Spínola era lançar a FNLA e a UNITA, e mais tarde também o grupo do traídor Daniel Chipenda, numa série de movimentos militares provocatórios, que pudessem neutralizar completamente o MPLA.

Como parte dessa solução foi criada, no enclave de Cabinda, onde estão as principais riquezas petrolíferas de Angola e também um importante porto, uma outra organização fantoche — a FLEC — Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, ligada directamente aos interesses da multinacional GULF.OIL, principal concessionária na exploração do petróleo angolano.

Entretanto, com a queda do fascismo em Portugal, tanto as organizações fantoches da FNLA e UNITA, bem como o MPLA, penetraram na cidade de Luanda e outras áreas urbanas controladas pelas tropas de ocupação colonial. Foram assinados os Acordos do Alvor e constituiu-se um governo de transição, integrados pelas três organizações angolanas e pelo Movimento das Forças Armadas de Portugal (MFA).

Enquanto o MPLA dava início a uma fase de politização urbana, os esbirros da FNLA e da UNITA tentaram tomar militarmente a cidade de Luanda, e chegaram a instalar 26 bases militares dentro da mesma. Começaram a praticar verdadeiros massacres, que horrorizaram a consciência da humanidade. O MPLA viu-se então obrigado a pegar em armas e a armar a população para evitar futuras matanças. Pode-se dizer que foi aí que começou a segunda guerra de libertação angolana.

A ESCALADA DA AGRESSÃO DA ÁFRICA DO SUL E A PROCLAMAÇÃO DA RPA.

Na medida em que se aproximava a data fixada nos Acordos do Alvor para a proclamação da independência de Angola, as tropas colonialistas retiravam-se das posições anteriormente ocupadas e deixavam todo o seu armamento para a FNLA, a UNITA e o ELP (Exército de Libertação Português), uma organização fascista, directamente sob o controlo de Spínola.

A África do Sul invadiu Angola a partir de uma base

secreta instalada em Grootfontjen, na Namíbia, a 100 km. do sul da fronteira angolana. Após abrir caminho através da cidade de Pereira d'Eça, as tropas racistas, apoiadas por tanques e artilharia pesada (inclusive helicópteros artilhados) tomaram a cidade de Sá da Bandeira e uniram-se aos lacaios da UNITA no Huambo; a partir daí avançaram para as importantes cidades portuárias de Moçâmedes e Lobito, que também cairam.

Por outro lado, a FNLA, auxiliada por mercenários internacionais, atacava desesperadamente a partir do norte, tentando romper a barreira do Caxito, onde as FAPLA do MPLA tinham instalado as principais defesas de Luanda.

Dentro desse contexto, o MPLA proclamou em Luanda a independência da República Popular de Angola, no dia 11 de Novembro de 1975. Apelou então para a solidariedade internacional e o internacionalismo militante do campo socialista, bem como de outros países africanos progressistas, que prestaram uma ajuda material efectiva ao povo de Angola. Os racistas africanos foram derrotados, bem como os lacaios da FNLA e da UNITA. Quanto ao imperialismo, teve que se curvar à vontade do povo angolano de ser livre e independente. A segunda guerra de libertação de Angola demonstrou que a solidariedade internacional deixou de ser apenas um discurso de palavras bonitas para se transformar numa força imbatível na consolidação da independência e no estabelecimento da paz e da soberania dos povos.

ANGOLA NA HORA DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL

Terminada a Segunda Guerra de Libertação Nacional, isto é, depois da expulsão das tropas invasoras dos racistas sul-africanos e da derrota da FNLA e da UNITA nos campos de batalha, Angola vira-se agora para a Reconstrução Nacional. É dentro desse contexto que o MPLA, após os longos e difíceis anos de luta armada, pode comemorar o seu vigésimo aniversário.

Actualmente, o povo angolano, dirigido pela sua vanguarda que é o MPLA, empenha-se em transformar a ordem económica reinante durante o longo período colonial, conquistar a independência económica de facto e criar uma economia autocrática, que sirva os interesses do povo angolano e os interesses da nação angolana; uma economia equilibrada em que todos os sectores sejam uns complementares dos outros, num todo integrado e harmónico.

IDA E LUTA

realizada em Accra, em 1958.

O grupo de Holden Roberto, inicialmente chamado União das Populações do Norte de Angola, tinha como primeiro presidente um indivíduo chamado Manuel Barros Necaca, tio de Holden. Em 1958 a UPNA substituiu o N de seu nome e passa a chamar-se União dos Povos de Angola (UPA). Depois que o MPLA iniciou a luta armada a UPA prossegue a sua «metamorfose» e passa a chamar-se Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) numa tentativa de amparar-se no prestígio das suas três primeiras letras na África (Argélia) e no Vietname. A seguir Holden formou um «Governo no exílio» (GRAE) e passou a exigir o apoio da Organização de Unidade Africana, o que nunca conseguiu.

A primeira actividade da UPA/FNLA foi insistir junto aos membros da tribo Bakongo para que demonstrassem sua «superioridade», racial matando angolanos de outros antecedentes tribais, linguísticos, étnicos e ideológicos. Os resultados, de acordo com um ex-chefe do Estado Maior da UPA foram:

Cerca de oito mil angolanos foram selvaticamente massacrados pelos elementos tribais da UPA, estupidamente armados e extremamente indisciplinados. Esse massacre desumano foi o resultado de um tribalismo insensato (Marcos Kasenga, em conferência de Imprensa realizada em Leopoldville, a 3 de Março de 1962).

A outra organização fantoche, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) foi fundada por um natural do Bié, Jonas Savimbi, que tinha sido «ministro dos negócios estrangeiros» do «Governo no exílio» de Holden. Savimbi renunciou ao seu cargo acusando o ex-chefe de ter sido criado pelos Estados Unidos desde 1961 para dividir o nacionalismo angolano. Fixou como objectivo imediato a

EVOLUÇÃO DA LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO

Entretanto, prosseguia a luta armada de libertação nacional desencadeada pelo MPLA, que atravessou longas e difíceis etapas, entre 1961 e 1974. Agostinho Neto diria em Roma, em 1970: «A nossa guerra de libertação está no seu 11.º ano e o MPLA conseguiu ultrapassar os enormes obstáculos que se opunham ao seu desenvolvimento. Basta dizer que em certos casos os guerrilheiros são obrigados a fazer um desvio de cerca de 6.000 km. para chegar a um ponto que poderiam atingir em somente 300 km, se as fronteiras estivessem abertas (ref. às fronteiras do ex-Congo Kinshasa, hoje Zaire). A cronologia da evolução da luta armada de libertação em Angola pode ser resumida sucintamente nas seguintes datas:

— 4 de Fevereiro de 1961, depois dos ataques às prisões de Luanda, os sobreviventes se retiraram para as montanhas de Dembos e Nambuangongo, a 200 kms. de Luanda, e constituem a primeira região guerrilheira do MPLA.

— 1964, abertura da segunda região guerrilheira em Cabinda. 1966, abertura da terceira região guerrilheira em Moxico e Cuando-Cubango. 1967, abertura da quarta região guerrilheira em Lunda e Malanje. 1969, abertura da quinta região guerrilheira em Bié e Huambo. 1970-74, consolidação das frentes guerrilheiras e generalização da guerra, em circunstâncias muito difíceis.

O 25 DE ABRIL

O golpe que sacudiu o fascismo português em 25 de Abril de 1974 levou o imperialismo a desencadear acções desesperadas para salvar os seus interesses nas colónias portuguesas de então. A pessoa chave da nova situação não podia deixar de ser o tristemente célebre General António de Spínola, que sempre eviden-



FAPLA: braço armado do MPLA

António Buscardini em Cuba

HAVANA (PL) — A Unidade da Guiné e Cabo Verde realizar-se-á conforme a vontade dos dois povos, afirmou António Buscardini, Secretário-Geral da Segurança Nacional e Ordem Pública da Guiné-Bissau. O dirigente guineense que assistiu ao encontro de amizade Cuba-África que teve lugar recentemente, sublinhou à *Prensa Latina* que o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) tinha a sua linha bem definida neste sentido e que estava em vias de realizar um trabalho profundo para elevar a consciência das massas.

Falando calmamente, Buscardini sublinhou que existe numerosos pontos em comum entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde que aspiram confiança e deixam pensar que esta unidade — programa supremo da sua organização política — será bem sucedido. Sublinhou igualmente que estão em vias de constituir uma comissão para preparar o processo eleitoral de onde surgirá a Assembleia Suprema dos dois países. «Mas nós não queremos acelerar muito o processo porque somos da opinião que isso deve ser uma manifestação de desejo dos guineenses e dos cidadãos de Cabo Verde.

O delegado da Guiné-Bissau no encontro de amizade cubano-africano respondeu a uma pergunta sobre o reaparecimento do Comité de Organização Nacional das Antigas Colónias Portuguesas (CONCP). O Comité nasceu durante a etapa da luta armada, em via de coordenar as acções armadas em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, disse ele. Disse ainda que Amílcar Cabral teve um papel decisivo na fundação deste comité, como Agostinho Neto, Marcelino dos Santos e de outros dirigentes dos cinco territórios, que se encontravam então sob a dominação colonial portuguesa.

«Se é certo que os primeiros objectivos da

sua criação tinham sido atingidos, nós cremos que a CONCP pode desempenhar actualmente um importante papel na ajuda mútua e no reforço de resoluções com o resto das nações africanas», disse Buscardini.

O Secretário-Geral da Segurança e Ordem Pública indicou que o reaparecimento das actividades da CONCP confronta-se com certos problemas, desde que as realidades socio-políticas das antigas colónias portuguesas são diferentes. Todavia, as condições para formar uma união sólida foram criadas e as perspectivas deixam prever horizontes mais amplos.

Director-geral dos Armazéns do Povo visita a Feira Internacional de Dakar

O camarada Francisco Coutinho, director-geral dos Armazéns do Povo, partiu na quarta-feira passada para Senegal, a fim de efectuar uma visita à Feira Internacional de Dakar, que decorre de 3 a 12 de Dezembro. Durante a sua estadia na capital senegalesa, o director-geral espera estabelecer contactos com algumas firmas estrangeiras participantes na Feira, para estudar as possibilidades de exportação com os respectivos países.

Liga de Cooperativa Italiana estuda formação de cooperativas agrícolas

A convite do Comissariado de Estado de Planificação e Desenvolvimento Económico, encontra-se no país, desde quarta-feira passada, uma delegação da Liga de Cooperativa Italiana. Durante a sua estadia, ela estudará as formas de uma futura cooperação técnica com o nosso país, no domínio da Agricultura, em especial, na formação de cooperativas agrícolas.

Delegação do Ministério de Agricultura romeno em Bissau

Encontra-se no país desde quarta-feira uma delegação romena chefiada pelo conselheiro económico do Ministério da Agricultura, Alexe Lazaroiu. Ela deverá permanecer no país cerca de duas semanas, durante a qual analisará problemas de cooperação no campo da agricultura, conforme o protocolo de acordo assinado entre os dois Chefes de Estado, aquando da visita à Roménia do Presidente Luiz Cabral, de 8 a 10 de Abril último.

Técnico chileno em Bissorã para se inteirar do nível de produção

A fim de se inteirar do estado de conservação dos celeiros e do nível de produção da região de Oio, para um projecto de financiamento, esteve anteontem em Bissorã um técnico chileno, Luís Vial. Era acompanhado pelos camaradas Joaquim Gomes da Silva, responsável pelos serviços florestais da região de Oio, Queré Sanhá e João Alberto, funcionários da Direcção Geral da Agricultura.

Trisemanário do Comissariado de Informação e Turismo — Sai às terças, quintas e sábados.
Serviço Informação das Agências: AFP, APS, TASS, ANOP e Prensa Latina.
Redacção, Administração e Oficinas, Avenida do Brasil.
Telefones: — Redacção 3713/3728. — Administração e Publicidade — 3726.
Assinatura — (Via Aérea) Guiné-Bissau e Cabo Verde:
Um ano 400,00
Seis meses 250,00
Outros Países Africanos e Portugal:
Um ano 500,00
Seis meses 350,00
Serviços de Distribuição e Venda do «Nô PINTCHA» — Caixa Postal, 154.

BISSAU — GUINÉ-BISSAU

FARMACIAS

HOJE — Moderna — Rua 12 de Setembro, telefone 2702.
AMANHA — Central — Rua Vitorino Costa, telefone 2453.
SEGUNDA-FEIRA — Higiene — Rua António N'Babana, telefone 2520

TELEFONES

Hospital «Simão Mendes» — 2888/2867.
Bombeiros — 2222.
POLICIA; 1.ª Esquadra 3333 — 2.ª Esquadra — 3444
CORREIOS; — Informação 2600 — Radiodifusão Nacional 2430 — Aeroporto/4 — TAP 3991/3 — TAGB 3004 — Aeroflot 2707 — Air Argelie 3775/7.
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS;
Águas e Electricidade 2411 — (das 7h às 17h)
Assistência à rede eléctrica 2414 — (das 16h às 24h).
Chegadas e partidas de navios — 2922/5

RADIO

SÁBADO — Primeiro Período de emissão:
5h 55min — Abertura da estação; 6h — Canções da nossa terra; 6h 10min — Programa em língua/Mandinga e Fula; 7h — Noticiário/português/criolo; — Actualidades sonora; rep. 8h — Fecho da estação.
Segundo período de emissão
11h 55min — Abertura da estação; 12h — Fim de semana; 13h — Música crioula; 13h 15min — Noticiário/português/criolo; 13h 30min — Amílcar Cabral — O Homem e a Sua Obra (criolo); 13h 45min — Protesto; 15h — Fecho da estação.
Terceiro período de emissão
16h 55min — Abertura da estação; 17h — Noticiário/português/criolo/linguas; 17h 30min — Programa em linguas Balanta e Manjaco; 18h 45min — Agenda do dia; 19h — Resistência cultural; 20h — Noticiário/português/criolo 20e 30min — Mornas e coladeiras; 21h — Actualidades sonoras; 22h — Música variada 23h — Tempos novos; — 24h Fecho da estação.
DOMINGO — Primeiro Período de emissão:
5h 55min — Abertura da estação; 6h — Canções da nossa terra; 6h 10min — Programa em língua/Fula; 7h — Noticiário/português/criolo; — Actualidades sonoras rep.; 8h — Educação sanitária; 9h — Seleção musical; 10h — Ligação à Sé catedral (missa); 10h 45min — 2 Curpo 1 Córson; 12h — Fala de África; 13h — Música crioula; 13h 15min — Noticiário/português/criolo; 13h 30min — Amílcar Cabral — O Homem e a Sua Obra (português); 13h 45min — Noites africanas; 14h 15min — Programa em língua Bafata e Manjaco; 15h — Fecho da estação.
Segundo período de emissão:
16h 55min — Abertura da estação; 17h — Noticiário português/criolo; 18h — Programa em linguas Fula e Mandiga 18h 45min — Agenda do dia; 19h — A semana no mundo; 20h — Noticiário/português/criolo; 20h 30min — Programa em língua Balanta; 21h — Actualidades sonoras; 22h — Onda semanal; 23h — Tempos novos; 24h — Fecho da estação.
SEGUNDA-FEIRA — Primeiro Período de emissão:
5 55min — Abertura da estação; 6h — Canções da nossa terra 6h 10min — Programa em língua/Mandinga; 7h — Noticiário/português/criolo; — Actualidades sonoras rep.; 8h — Fecho da estação.
Segundo período de emissão
11h 55min Abertura da estação; 12h — Canções Manjaca; 12h 20min — Seleção musical; 13h Música crioula, 13h 15min — Noticiário/português/criolo; 13h 30min — Amílcar Cabral — O Homem e a Sua Obra (português); 13h 45min — Programa da mulher; 15h — Fecho da estação.
Terceiro período de emissão
16h 55min — Abertura da estação; 17h — Noticiário português/criolo/linguas; 18h 45min — Agenda do dia; 19h — Ano I de organização; 20h — Noticiário/português — criolo; 20h 30min — Prevenção rodoviária (criolo) 21h — Actualidades sonoras; 22h — Catavento 23h — Tempos novos; 24h — Fecho da estação.

CINEMA

HOJE E AMANHÃ — Às 18h 30min «A mulher felina», realização de Elliot Silverstein com Jane Fonda, Lee Marvin, Nat King Cole, Michael Callan e Stubby Kaye — m/10 anos. Às 20h 45min «Os heróis», realização de Duccio Tarsari com Rod Taylor, Rod Taylor, Rosanna Schiaffino; Claud Brasseur e Terry Thomas — m/18 anos.
SEGUNDA-FEIRA — Às 20h 45min — filme a anunciar.

ANUNCIOS

Aluga-se

Um estabelecimento. Os interessados devem contactar na Gerência de Organizações Ancor.

Aviso

A Comissão de Turismo avisa o publico em geral de que a estância balnear de Bubaque entrou em funcionamento a partir de Sábado dia 27 do mês passado.

Comunicado

A firma Fernando dos Santos Correia comunica os seus estimados clientes e o publico em geral, que encerra o seu estabelecimento de vendas de acessórios Peugeot, para férias do pessoal, no período de 20 do corrente a 10 de Janeiro de 1977.

Concurso

Está aberta a inscrição, na sede do Serviço, até ao dia 20 de Dezembro de 1976, para o estágio de funcionários do serviço meteorológico. Aceitam-se candidatos de ambos os sexos, com menos de 21 anos e com pelo menos o 5.º ano dos liceus, ou qualquer preparação superior a este, de preferência com afeições de ciências. Os candidatos deverão apresentar o bilhete de identidade e até 31 deste mês, certificado de habilitações. O estágio começa a 10 de Janeiro e prolonga-se até Junho com o mínimo de interrupções.

Agradece-se

João António Teixeira, (Né-né), e família, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente vêm por este meio agradecer a todas as pessoas,

que, de qualquer forma manifestaram os seus sentimentos pela morte da filha Maria Antonieta e se dignaram ainda a tomar parte no seu funeral.

Despacho

Tornando-se necessário dar início às operações de comercialização da mancarra em todo o país e sob proposta do Comissariado de Estado do Comércio e Artesanato, torna-se público; Artigo único — É designado o dia 15 de Dezembro de 1976 para abertura, em todo o território Nacional, da Campanha da mancarra, tendo sido estabelecidos estes preços: preços de compra por quilo; no interior do país, quatro pesos e meio; em Bafatá, Gabú e Bambadinca, quatro pesos e oito tostões e nos portos de exportação, cinco pesos e dois tostões.

Mostrando-se assim dar

início às operações de comercialização do arroz em todo o país, sob proposta do Comissariado de Estado do Comércio e Artesanato, torna-se público; Artigo único — É também designado o dia 15 deste mês para a abertura em todo o território nacional, da campanha do arroz, mantendo-se os mesmos preços da campanha anterior.

Achando-se conveniente dar início às operações de comercialização interna do coco-note e sob proposta do Comissariado de Estado do Comércio e Artesanato, torna-se público; Artigo único — São fixados os seguintes preços a praticar na comercialização interna do coco-note: preços de compra por quilo, no interior do país, três pesos e oito tostões; nos portos de exportação, quatro pesos.

Nações Unidas

Comissão Orçamental da Assembleia

NAÇÕES UNIDAS — Nova Iorque (AFP) — A oposição dos países membros da Opep ao aumento das suas contribuições no orçamento da ONU mergulhou no impasse à Comissão Orçamental da Assembleia, encarregada de estabelecer a tabela das contribuições dos estados membros, a partir de 1977.

O Comité das Contribuições recomendou, como acontece todos os três anos, a revisão das quotas partes

a um orçamento total de cerca de 370 mil dólares e, em particular, o aumento das contribuições de 28 países e a diminuição de outros 30, baseando-se na capacidade de pagamento, representado pela receita nacional.

Os membros da Opep encontram-se na primeira categoria, com aumento de 0,23 por cento para o Irão, 0,18 para a Arábia Saudita, 0,24 para a Venezuela, 0,07 para o Koweit, 0,06

para a Líbia e os Emiratos Árabes Unidos respectivamente, 0,05 para o Iraque, 0,03 para a Nigéria.

Os países membros da Opep argumentando que os países petrolíferos em vias de desenvolvimento tinham problemas económicos específicos, submetem uma resolução pedindo que a tabela actual das contribuições se mantenha ainda durante dois anos. Esta proposta foi rejeitada pela Comissão Orçamental.

Mas estes países e os seus partidários conseguiram, pelo seu lado, bloquear à Comissão Orçamental a adopção da resolução que aprovaria as recomendações do Comité das Contribuições.

Os países do Terceiro Mundo estão divididos em relação às reivindicações dos países petrolíferos.

Foi já prometido à 81 desses países numa futura tabela, uma diminuição da sua quota parte actual, do

0,02 por cento para 0,01 por cento, do orçamento da ONU, em virtude de uma resolução apresentada pelo Afeganistão e o Nepal adoptada pela Comissão Orçamental. Isso aplica-se aos países «cujos preços dos principais produtos de exportação sofreram uma baixa brutal a partir de 1974».

Esta diminuição da sua quota parte não se aplicaria, todavia, em 1977.

Médio Oriente

Decisões da Assembleia Geral da ONU

NAÇÕES UNIDAS — Nova Iorque (AFP) — A Assembleia Geral da ONU afirmou, na quinta-feira, a necessidade de reunir rapidamente de novo a conferência de Genebra sobre o Médio Oriente, numa resolução adoptada por 91 votos contra 11 e 29 abstenções.

Os Estados Unidos e Israel votaram contra o texto. A França absteve-se.

A resolução sublinha que a conferência deve ser reunida rapidamente de novo «com a participação de todas as partes interessadas, incluindo a OLP». Condena o prosseguimento da ocupação de Israel nos países árabes, que ocupa desde 1967, e pede a todos os estados

para se absterem de fornecer a Israel toda a ajuda, militar ou outra, que lhe permita consolidar a sua ocupação dos territórios árabes.

A Assembleia Geral pediu, por outro lado, a convocação da conferência de Paz sobre o Médio Oriente para o fim do mês de Março de 1977, o mais tardar.

Esta conferência seria precedida de novos contactos entre o Secretário-Geral da ONU e todas as partes, incluindo a OLP, e da reunião do Conselho de Segurança, a 1 de Março, o mais tardar.

Todos os países da Comunidade Europeia votaram a favor da resolução.

Incidentes em Portugal

LISBOA (AFP) — A cerca de três dias das eleições municipais em Portugal alguns incidentes ilustraram a campanha para este escrutínio, que deve coroar a institucionalização da democracia.

As primeiras horas da tarde de quinta-feira, um atentado contra um aquecedor privou Lisboa de 90 por cento do seu abastecimento em água. Já na segunda-feira haviam sido cometidas duas sabotagens contra as duas vias férreas mais utilizadas pelos habitantes dos subúrbios da capital.

Esses atentados não foram reivindicados. Na quinta-feira, dois meetings eleitorais provocaram, além disso, incidentes mal esclarecidos

em Caparica, do outro lado do Tejo. Um número indeterminado de pessoas foi ferido pela polícia de choque, que interveio por ocasião de um «meeting» do CDS (Centro Democrático e Social).

Parece que tudo começou quando as portas da sala foram fechadas, impedindo a entrada ou a saída de alguém. Manifestantes atiraram pedras e, segundo testemunhas, foram disparados três tiros por elementos do serviço de segurança do CDS. A polícia «carregou» muito violentamente nas ruas vizinhas.

Em Coimbra, foi um «meeting» do Partido Socialista onde falava Sottomayor Cardia, ministro da Educação, que

foi perturbado por estudantes da Universidade. Lá, também, a polícia interveio.

Por fim, no Alentejo, a situação permanece estacionária nas oito propriedades ocupadas ou rodeadas pelos trabalhadores agrícolas. Na quinta-feira à noite, António Barreto, ministro de

Agricultura, lançou um ultimato aos trabalhadores prevenindo-os que seriam utilizados todos os meios para restabelecer a «igualdade», sem fixar prazo. O MUP (Movimento de Unidade Popular) apelou a uma concentração perto de uma dessas propriedades, a quinta de Lobata, para sábado, véspera das eleições.

Membros da CILSS analisam Adiada a Conferência de Genebra o problema da seca

N'DJAMENA (AFP) — Começaram na quinta-feira de manhã, em N'Djamena, sob a presidência do comandante Roasngar, ministro tchadiano do Desenvolvimento Agrícola e Pastoral, encarregado da luta contra as calamidades naturais, os trabalhos ministeriais da sexta conferência do Comité Inter-Estado da Luta contra a Seca no

Sahel (CILSS).

Oito países, entre os quais o Tchad, Alto Volta, Mali, Níger, ilhas de Cabo Verde, Mauritânia e Gâmbia, estão representados nesta conferência, que tinha sido preparada a nível de peritos na segunda e terça-feira últimas, na capital tchadiana.

Os resultados da actual campanha agrícola nos paí-

ses do Sahel, assim como a realização do programa de Ouagadougou e o estudo de novos projectos, serão os assuntos abordados principalmente pelos ministros dos países membros do CILSS.

Será dada uma atenção particular aos três países mais atingidos este ano pela seca: Mauritânia, ilhas de Cabo Verde e Tchad.

convocação da conferência.

O Presidente britânico da conferência, Ivor Richard, tinha fixado o 20 de Dezembro como a data limite para a conclusão das conversações. Manifestou agora que será impossível chegar a uma resolução do problema rodésiano antes desta data.

LIBANO: NOMEADO O NOVO PRIMEIRO-MINISTRO

BEIRUTE (TASS e AFP) — No final das conversações de dois dias, Elias Sarkis, Presidente da República do Líbano, encarregou o doutor Salim Khos de formar um novo governo do país. Terá por missão principal o levantamento de economia nacional arruinada pela guerra civil.

Salim Khos assume a presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento, da Indústria e do Turismo. Substituirá no posto de primeiro-ministro, Rashid Karame, demissionário em Setembro último.

Novo passo na normalização da situação do Líbano com a nomeação de

um primeiro ministro encarregado de formar o novo governo libanês.

Este governo, que poderá funcionar nas próximas 48 horas, diz-se em Beirute, será composto essencialmente de tecnocratas aceitáveis por todas as partes.

Segundo o jornal «Al Anouar», próximo do

Presidente Sarkis e do regime sírio, três tarefas urgentes esperam a equipa de Salim Al Khos:

1— A proclamação do estado urgência; paragem da guerra das ondas e o estabelecimento de uma censura sobre os jornais e revistas políticas;

1— Pedir ao Parlamento poderes excepção-

nais, a fim de eliminar por decretos-leis as sequelas da guerra nos planos sociais e económicos;

3— Nomeação de um novo comandante em-chefe e adopção das primeiras medidas com vista à reconstrução do exército libanês.

ONU: Assembleia Geral examina a situação na Rodésia

NOVA YORK (TASS) — A 4.ª Comissão da Assembleia Geral da ONU prossegue o exame sobre a situação na Rodésia. Os delegados de numerosos países denunciaram as acções do regime racista de Smith que oprime a justa luta do povo do Zimbabwé pela sua libertação nacional. No quadro da discussão, os delegados dos países socialistas e africanos rejeitaram o plano americano-britânico de «resolução» do problema rodésiano, que visa privar o povo do Zimbabwé de liberdade e da independência.

Portugal: encerrada a Faculdade de Economia no Porto

LISBOA (AFP) — A Faculdade de Economia do Porto foi fechada temporariamente, depois dos estudantes terem impedido o novo Conselho Provisório da faculdade de se reunir. A faculdade será reaberta, indicou na terça-feira à noite em Lisboa, um porta-voz do Ministério português da Educação, quando estiverem reunidas de novo as condições que lhe permitam funcionar normalmente. O novo Conselho Provisório da Faculdade de Economia do Porto foi constituído, há alguns dias depois dos membros do antigo conselho de direcção terem-se demitido, para protestar contra o recente decreto-lei governamental sobre a gestão das universidades.

ONU: Waldheim reeleito

NAÇÕES UNIDAS (AFP) — A Assembleia Geral da ONU nomeou, por aclamações, na quinta-feira, Kurt Waldheim, Secretário-Geral das Nações Unidas, para um novo mandato de cinco anos.

Primeiro-Ministro angolano terminou visita à Cuba

HAVANA (TASS) — Leopoldo do Nascimento, primeiro-ministro da República Popular de Angola e membro do Bureau Político do Comité Central do MPLA, terminou a sua visita oficial a Cuba. A delegação angolana assistiu às festividades do 20.º aniversário do desembarque do destacamento de revolucionários, comandados por Fidel Castro, do «Granma» à inauguração da Assembleia Nacional do Poder Popular. Foram assinados acordos de cooperação entre Cuba e Angola.

O povo deve exprimir livremente a sua vontade

(Continuação da 1.ª pág.)

o estudo em Portugal, com bolsas, ou põem alguns como chefes de posto? O PAIGC é que fez tudo isso, camaradas».

O Chefe de Estado referiu-se às propagandas feitas outrora pelos tucas, na rádio, de que gentes do PAIGC estavam no mato cheia de sarna e sem nada para comer, e confirmou que isso era verdade. «Mas quem é que aceita todos esses sacrifícios? São os combatentes do PAIGC que fizeram isso. Aqueles corajosos que foram capazes de deixar toda a sua família, não pensar em si, deixando filhos e desprezando todos os sacrifícios que os esperava, para entrarem no mato e lutar pela justiça, não obstante a falta material. «São essas pessoas que hoje perguntam ao povo se quer ou não vê-los à frente da nossa terra. Que o povo tenha a coragem de o dizer».

«É que nós temos muita responsabilidade. Não podemos deixar a nossa terra cair nas mãos de bandidos e oportunistas, aquela gente que andou atrás dos tucas até os últimos momentos. Não podemos deixar a nossa terra cair nas mãos de criminosos, traidores, mentirosos. A nossa responsabilidade é que o Partido impôs todas aquelas canseiras de luta ao povo. Quantos sacrifícios passou o nosso povo. Vejam só quantas mães em Bissau ficaram sem filhos, caídos na luta. Vamos ver noutras bandas do país, onde as famílias acabaram quase todas: em Morés, Tombali, Como, Bolama e Quitá. fine, centenas e centenas de filhos sem pais, por causa da independência. Portanto, nós temos a responsabilidade de defender essa independência, para que ela sirva ao nosso povo».

«Queremos servir o povo, fazer avançar a nossa terra e acabar com a miséria no país. Somos capazes disso. Acabar com a miséria, com a pobreza, o medo e a ignorância. Mas desejando tudo isso estamos a querer também servir a África pois na nossa luta de libertação nacional, provamos que o homem africano tem tanto valor como qualquer outro homem no mundo. Com a nossa coragem, com a nossa canseira e sacrifícios, mostramos a capacidade do homem africano, que é igual a qualquer outro povo no mundo».

Considerou que a vitória de tudo isso, foi a de termos sido capazes de conquistar a unidade entre o nosso povo. Deixar de fazer como os colonialistas, que actuavam em África de modo a separar as tribos. Aquele que ia à escola, chamavam-no «civilizado», ao mulato diziam... não é

branco, mas preto, também não é.

Os próprios africanos, filhos da terra, que estavam contra o Partido, ora são do FLG ora mudam para FLING. Também faziam propaganda, à semelhança da que os tucas divulgavam na rádio. Mesmo nos anos 60, esta gente comentava que o PAIGC está enganado por tentar juntar grupo de homens no Lar do Ziguinchor, pois, para eles, os africanos entram em desentendimento quando estão juntos. E aí está o erro. Luiz Cabral conta as dificuldades desse tempo, e do início da luta armada. A inexperiência dos combatentes no manejo das armas, o melhoramento gradual do armamento e da consciência política do povo, na certeza da vitória final. «Aquele gente que começou no Lar, conseguiu andar metro a metro pelo mato mobilizando todo o nosso povo para um só fim: independência e unidade do nosso povo na Guiné e em Cabo Verde».

«Hoje, neste momento histórico de eleições, o povo é que vai escolher as pessoas. Mas nós somos obrigados a controlar todo aquele que se apresenta diante do povo. Queremos que sejam pessoas sérias, que já deram provas de que são capazes de servir o povo. Para isso é que lutamos. Sabemos que fizeram-se muitas guerras no mundo e no fim de várias delas surgem desentendimentos e mortes sangrentas».

Nós, quando chegámos a Bissau, não levámos em conta a existência de 17 mil indivíduos que tinham sido armados pela tropa colonial, entre milícias, exercício e comandos. Achamos que nenhum combatente do PAIGC devia se vingar. Pelo contrário demos possibilidades a todos na nossa terra, de trabalharem em paz dentro da maior irmandade».

Nesta mesma ideia, referiu-se à amnistia concedida a presos políticos no termo da última reunião do Conselho Superior de Luta, por ocasião do Vigésimo Aniversário da fundação do PAIGC. «Fizemo-lo porque amamos o nosso povo. Porque, se fôssemos oportunistas que só pensam nas suas barrigas, eliminávamos logo todo aquele que tentasse levantar a cabeça, com o medo de perder o lugar. Nós não temos medo disso camaradas».

«E nós vamos perguntar a todo o nosso povo se quer que os dirigentes do PAIGC estejam à frente do País. Para isso, pedimos às populações de todos os cantos da nossa terra: homens, mulheres e jovens, a partir dos 18 anos, que venham em massa dar a sua opinião, para formação de uma Assembleia. Uma Assembleia

que seja livremente eleita pelo povo durante os próximos anos que vão ser decisivos para nós, pois ainda fizemos apenas dois anos de libertação total. Dois anos na vida de um povo não é nada. Só porque somos ousados, conseguimos fazer alguma coisa neste espaço de tempo».

Explicou que o nosso peso, em dinheiro, é muito bonito. Mas para comprarmos qualquer produto no estrangeiro, ele não vale nada. Temos que exportar, pelo menos, mancarra, conote, madeira e outros produtos, o que não é fácil nesta altura.

«Há sempre necessidade de divisas... Mas a nossa mancarra não dá para comprar arroz, quanto mais para outras coisas. As dificuldades têm que existir camaradas é o povo tem que ter a consciência disso. Compramos arroz desde o mês de Agosto e o seu despacho nos portos de Paquião atrasou-se até princípios de Outubro, porque haviam também outros países que foram lá comprar. Isso não poderá acabar sem termos a nossa própria produção de arroz na nossa terra».

«Ter a nossa produção e transportar arroz para Bissau e outros pontos. Mas os barcos que viemos encontrar não estão em condições para isso. Nem para transportar pessoas servem. A criação da empresa de transportes marítimos Guinémar, que é a «Silô Diata do Mar», tem solucionado problemas na reparação desses barcos velhos. Outro problema: quando se consegue trazer arroz do Sul do país para aqui, não há fábricas que o descasque a tempo».

O Presidente falou do estudo do plano para fábricas de descasque de arroz, fábricas de óleo bruto e óleo refinado e de sabão. Da construção de uma central eléctrica em Portogole para fornecer luz a todo o país, calculado em 70 milhões de dólares — 2 bilhões de pesos guineenses. Referiu-se também ao início, dentro em breve, da construção da estrada aeroporto-Mãe de Água — Avenida Unidade Guiné e Cabo Verde para cujo financiamento a Holanda nos vai conceder 30 milhões de pesos. À construção de um novo Liceu Kwame N'Krumah, no local onde está o Ciclo Preparatório Salvador Allende, para mais de 2 mil alunos, munido de condições necessárias para o ensino. A obra deverá custar 70 milhões de pesos. A construção de casas pré-fabricadas, para 2 mil pessoas, com a instalação de uma fábrica para o efeito, dada pela Cuba amiga. Abordou também os projectos de transformação da cidade, da

construção de um porto, em Bandim, que nos possa servir para os próximos 20 anos, do novo aeroporto e de mais outras construções modernas.

«Já andámos um bocado e temos a coragem de avançar muito mais ainda, como nos tempos da guerra. Isto também é uma guerra, Guerra contra a pobreza, contra a falta de arroz, de estradas, de medicamentos. É guerra permanente, para criar ao povo uma vida de sossego e de segurança. Mas que o inimigo não pense que, se perdoamos os seus agentes, é porque somos dóctos ou de «corações fracos». Se fôssemos dóctos, se fôssemos de «corações moles», os tucas nunca sairiam da nossa terra, camaradas».

«Mas, chegados a este momento, queremos ver o nosso povo exprimir a sua vontade. Que todos dêem a sua opinião nesta tarefa, porque nenhum bom filho da nossa terra, tem o direito de dizer: «não meto a minha boca nisso». Que ergam suas vozes porque isto é uma força nova para a imensa tarefa que temos à nossa frente, cheio de canseiras, mas um trabalho de onde sairemos vitoriosos como na fase de luta de libertação nacional».

«Primeiro vamos escolher membros dos Conselhos Regionais. Eles representam, como que uma assembleia de cada região. O conjunto de todas essas assembleias irá escolher no seu seio, os melhores para a Assembleia Nacional Popular. O órgão máximo e representativo das aspirações do nosso povo, que vai criar leis para todo o país. Os Conselhos têm que resolver, primeiro os problemas de suas regiões, reunindo-se pelo menos duas vezes por ano. «É a primeira vez na his-

tória que o povo é chamado, em todo o território nacional a fim de escolher elementos para dirigir a nossa terra. Ninguém pode considerar-se alheio a este problema, porque ali é que sairá um presidente que vai ficar quatro anos no poder. Quatro anos para a conquista de novas vitórias, no melhoramento de condições de vida do nosso povo. Quatro anos para melhorarmos as nossas escolas, hospitais, construirmos novas fábricas e desenvolvermos a nossa agricultura com vista a melhorarmos o regime alimentar do povo. Quatro anos para novos progressos no caminho do novo mundo que o PAIGC quer criar nas terras da Guiné e Cabo Verde, ao serviço da África».

«Criar uma terra onde todas as famílias tenham a oportunidade de viver em condições de saúde e higiene próprias para uma nova sociedade. Nós mesmos é que temos de ser capazes de arranjar meios de criar o progresso. Com a ajuda internacional, daqueles que querem ver avançar o nosso povo, vamos conseguir isso. Mas quando essa ajuda chegar à nossa terra, quem tem de os manejar, somos nós. Todos os operários, camponeses e trabalhadores em geral. Que cada um procure cumprir o seu dever e compensar, pelo menos, o dinheiro que ganha no fim do mês e produza o máximo. Assim, construiremos Bissau e toda a nossa terra, estimada por nós e prestigiada pelo mundo. O país que os camaradas do «Mama D'jombo» cantam: «M'bai Europa, Guiné-Bissau; m'bai América, Guiné-Bissau, i n'riba nha África, Guiné-Bissau. Pi-quinino na tamanho: mas grande na fama». Fama que nos foi dada pelo PAIGC».

Comissão Eleitoral Nacional dinamiza os trabalhos

(Continuação da 1.ª pág.)

Comissários de Estado e militantes. Os trabalhos decorrem intensamente em todos os pontos do país e particularmente, desde quarta-feira, com o regresso dos delegados da Comissão às respectivas regiões.

O Comissário da Saúde e Assuntos Sociais, camarada João da Costa, delegado da Comissão Eleitoral para a região de Cacheu, presidiu a um grande comício no sector de Bula, com a participação de todos os moradores e responsáveis locais. Foi nomeada uma Comissão para o sector de Bula, que se deslocou de 7 a 10 do corrente às secções de Augusto Barros, João Landim, Mato Dingal, São Vi-

cente e Cói, com o fim de esclarecer as populações sobre o significado das eleições.

Notícias de idêntica actividade, foram enviadas de Cantchungo, de Tite, de Bissorã e demais outras partes do território nacional. Em Bissorã, após a formação de comissões de secções, os delegados da Comissão Eleitoral Nacional partiram ontem para Brufá, Yador, Farol e Maqué. Amanhã, deverão fazer os trabalhos em Encheia e Binar.

Em Bissau, a Comissão reuniu-se, no princípio da tarde de ontem, para debater assuntos tendentes a melhorar os trabalhos de dinamização política para as eleições, tendo em conta os resultados obtidos até este momento.

PRAIA (AFP) — O prosseguimento e o desenvolvimento das relações de cooperação bilateral entre Cabo Verde e Angola é objecto de uma viagem a Luanda de Pedro Pires, primeiro-ministro de Cabo Verde. Esta viagem tem por objectivo assistir, por um lado, às cerimónias comemorativas da fundação do MPLA e o de efectuar uma visita oficial a Angola.

MADRID (AFP) — Santiago Carillo, Secretário-Geral do Partido Comunista Espanhol, denunciou numa conferência de imprensa clandestina realizada em pleno Madrid, ontem, o referendo de 15 de Dezembro como um simples rito franquista. Anunciou em compensação que o Partido Comunista legal ou não, apresentaria candidatos às eleições legislativas da Primavera em todas as províncias de Espanha.

ARGEL (AFP) — Houari Boumediene, candidato único à eleição presidencial, que se desenrolou ontem na Argélia, foi praticamente aprovado com uma taxa de «sim» em relação aos votantes com 59,82 por cento, anunciou o ministro argelino do Interior, Mohamed Benmed Abdelghani.

LUSAKA (TASS) — O comissário da OUA para a Namíbia, Sean McBride, denunciou ontem as tentativas empreendidas na conferência de Genebra sobre o futuro da Rodésia pelo chefe dos racistas rodesianos, Smith, para ganhar tempo e reforçar o seu regime ilegal. A construção urgente de aeródromos militares nas fronteiras com os países independentes africanos, sublinhou Sean McBride, contradizem as declarações de Smith sobre o seu «desejo de chegar a uma resolução pacífica».

VIETNAME (AFP) — Iniciou-se ontem o quarto congresso do Partido Comunista Vietnamita. A sua realização marcará uma mudança decisiva na política do novo Vietname, pois ele reúne pela primeira vez os representantes de um Vietname reunificado, depois de uma guerra de 30 anos.